

EXCLUSÃO ESCOLAR E DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: REFLEXÕES A PARTIR DE CASOS CLÍNICOS

Saes, Danuza Sgobbi; Oliveira, Layla Maria Tamazzo; Santos, Maria Eduarda.

(Unimar – Universidade de Marília, danuza.saes@gmail.com; tamazzolayla@gmail.com; santosmed1995@gmail.com).

Resumo:

A escola tradicional concebida a partir de um viés homogeneizador, não tem se demonstrado eficaz na consecução de uma educação efetivamente inclusiva, excluindo alunos que não atendem as expectativas de êxito em seus programas curriculares formatados, sem lhes oferecer os recursos necessários para o atendimento de suas necessidades diferenciadas. Essa exclusão traz em seu bojo o sofrimento pessoal, e inúmeras outras consequências para crianças que são categorizadas como possuindo Dificuldades de Aprendizagem, fenômeno tão complexo e de difícil conceituação e intervenção. O presente estudo objetivou através da apresentação de estudos de casos clínicos, em que crianças encaminhadas por D.A., atendidas em uma clínica de psicologia, sofreram exclusão e manifestaram sofrimento emocional, bem como, buscamos refletir sobre a necessidade de incluir esse tipo de caso em uma vertente de atendimento especializado a fim de garantir uma educação realmente inclusiva.

Palavras-chave: Dificuldades de Aprendizagem, Exclusão Escolar, Psicologia Educacional.

Introdução

A escola se democratizou e se abriu a novos grupos sociais, mas desde seu princípio, ela foi concebida e programada para atender a um aluno idealizado e não à diversidade dos alunos, pois, é pautada, portanto, por um projeto educacional elitista, meritocrático e homogeneizador, mantendo uma estrutura rígida, centrada na instrução e reprodução de conteúdos escolares.

Ela tem, portanto, provocado situações de exclusão, manifestada nas mais diversas formas, prejudicando a trajetória educacional de muitos alunos que não correspondem às expectativas acadêmicas clássicas, trazendo consigo a evasão de parte significativa de alunos, provocando neles a desmotivação, infelicidade, marginalização, baixa autoestima e toda ordem de sofrimento emocional. (Montoan, 2004 a, 2004b)

A exclusão escolar de crianças com dificuldades de aprendizagem é uma realidade. Apesar da inexistência de números precisos, em virtude da falta de consenso sobre a categorização desse fenômeno tão complexo; sabemos que cada ano mais crianças não conseguem atingir os objetivos curriculares mínimos e são consideradas como alunos com Dificuldades de Aprendizagem. (Poker, 2007)

Elas quase sempre se apresentam associadas a problemas de outra natureza, como dificuldades emocionais e comportamentais, seja porque as causam seja porque as consequenciam, pois, o fracasso escolar, pode causar sentimentos de frustração, inferioridade, dificuldade social, já que a experiência escolar tem um papel fundamental na formação das autopercepções, ainda, pessoas que vivenciam o fracasso escolar perdem oportunidades importantes para seu desenvolvimento. (Stevanato e Cols, 2003; Santos e Graminha, 2006).

De acordo com os princípios da educação inclusiva que reconhece a diversidade de seu alunado, a escola deveria atender o aluno com Dificuldades de Aprendizagem em suas necessidades, a partir de uma avaliação detalhada e interdisciplinar, que contemplasse diferentes aspectos que deveriam receber atenção. (Poker, 2007).

As crianças categorizadas com dificuldades de aprendizagem, por exemplo, são aquelas que não respondem ao que a escola espera, mas elas podem apresentar questões de diversas ordens e de fatores internos ou externos e, muitas vezes, as causas das dificuldades não lhe competem, pois, são o retrato de desordens estruturais do sistema de ensino. Assim, não deve haver uma única forma de auxiliar os alunos, sendo imprescindível conhecê-los em sua realidade e proporcionar ao mesmo, recursos e possibilidades para seu desenvolvimento. (Nepomuceno & Bridi, 2010)

Elas exigem, pois, não apenas respostas conceituais, mas respostas educativas eficazes já os alunos podem apresentar um conjunto amplo de inabilidades em diferentes áreas e devem, então, ser sujeitos de observações, avaliações e programas eficazes buscando a criação de ambientes de sucesso para alunos com D.A. Assim, aparentemente, eles ganhariam muito se considerados dentro de uma perspectiva de atendimento educacional especializado em um sistema inclusivo. (Correira, 2004)

Esta perspectiva se faz ainda mais presente se considerarmos que a ação do atendimento educacional especializado deve contemplar ações que eliminem as dificuldades dos alunos, facilitando o processo de ensino/aprendizagem, promovendo a acessibilidade da escola, sem ignorar as necessidades individuais e características específicas de cada aluno. (Kassar & Rabelo, 2011)

A escola é um dos agentes responsáveis pela integração da criança na sociedade, contribuindo para o desenvolvimento e socialização da criança. Cada aluno é único e deve ser compreendido dentro de uma complexa rede de significados. (Nepomuceno & Bridi, 2010)

Para Montoan (2004), precisamos entender que aprender significa se expressar a partir de nossas próprias experiências, que as diferenças são produzidas, não podem ser naturalizadas e as ações educativas inclusivas devem ter como eixo o convívio com as diferenças, portanto, a escola inclusiva deve garantir o direito à diferença seja de ser, seja de aprender.

A autora ainda ressalta que a inclusão incondicional de todos os alunos traz consigo o aperfeiçoamento da educação escolar, mas depende do enfrentamento de inovações, da revisão de seu papel de forma a contemplar uma formação ética, justa e cooperativa, sem discriminação.

Considerando, portanto, que as Dificuldades de Aprendizagem representam significativo número de casos de crianças que são excluídas da escola por não receberem atendimento especializado e que esta situação traz inúmeras consequências a elas, inclusive grave sofrimento psíquico, a reflexão a respeito desses fenômenos faz-se premente.

O presente estudo teve, portanto, o objetivo de retratar através de casos clínicos, a exclusão escolar e o sofrimento emocional advindo desta, vivenciada por crianças encaminhadas em virtude de possíveis Dificuldades de Aprendizagem e atendidas em uma clínica escola do curso de Psicologia, bem como, a partir daí refletir sobre a necessidade de se incluir as Dificuldades de Aprendizagem no vértice de atendimento especializado, buscando a consecução dos objetivos de uma escola verdadeiramente inclusiva.

Metodologia

A metodologia utilizada na pesquisa partiu de uma perspectiva qualitativa que, segundo Sabadini, Sampaio e Koller (2009), consiste na utilização de um conjunto de técnicas que descrevem significados, remetendo-se a um exame interpretativo e não numérico das observações, objetivando descobrir explicações subjacentes e as inter-relações, por tais motivos, a subjetividade do autor é inerente a esta abordagem, pois eles conduzem estudos de casos, observam e entrevistam pessoas, participando efetivamente na coleta e análise dos dados que se propõe estudar.

Utilizamos para elucidar as reflexões, um estudo de caso clínico, associado a revisões de literaturas para subsidiar os argumentos apresentados.

Procuramos desenvolver hipóteses teóricas levantadas que pudessem contribuir com a comunidade científica na construção de conhecimento na área.

Com base na revisão da literatura realizada, pode-se entender o estudo de caso como um subtipo de pesquisa de caso único, que constitui uma estratégia de investigação naturalística e flexível, mediante a utilização de múltiplos métodos (quantitativos e/ou qualitativos) e variadas fontes de evidências e informações, para descrever de forma intensiva e profunda um ou mais casos individuais (seja o paciente, a díade paciente-terapeuta, o processo terapêutico etc.), focalizando as variações intrassujeitos através do tempo, a fim de testar proposições teóricas (hipóteses) ou gerar explicações a serem testadas e/ou confirmadas em estudos ulteriores. O estudo de caso é uma pesquisa observacional naturalística de caso único.

(Serralta, Nunes E Eizirik, p. 504, 2011).

Sendo assim, a produção se baseará em dois casos atendidos na Clínica Escola de Psicologia na Universidade de Marília – UNIMAR, Marília-SP, onde os atendimentos foram realizados no primeiro semestre no ano de 2018, por duas estagiárias de Psicologia, em supervisão com professor responsável; através de sessões de psicoterapia semanais de 50 minutos de duração, por um período de quatro meses. A utilização dos casos contou com a aprovação do Comitê de Ética da referida Instituição, bem como, anuência dos responsáveis e respeito a todas as normas éticas de pesquisa.

Resultados

Caso 1

L. de sete anos é fruto de uma gravidez não planejada ocorrida quando a mãe tinha 16 anos, a criança foi criada pelos avós, já idosos, desde o nascimento sem ter muito contato com os pais. O pai, atualmente, encontra-se detido e a mãe em um novo relacionamento no qual possui outro filho, sendo que a criança possuía um bom relacionamento com ela e sua nova família, o padrasto cometeu suicídio devido a uma depressão não tratada e L. sentiu muito sua perda. No convívio com os avós, criança que já presencia conflitos devido ao alcoolismo e agressividade do avô,

Devido a um mal entendido após o resultado de um teste em atendimento psicológico anteriormente, a criança foi considerada esquizofrênica. O que refletiu negativamente no processo de ensino-aprendizagem da criança que passou a ser vista como uma patologia. Além disso, faz uso de medicamentos com ações anticonvulsionante, antipsicótica, anti-hitáminica e para potencializar a capacidade de atenção.



Cursa a segunda série do ensino fundamental em uma escola pública e a escola e a família queixam-se que ele não aprende, não para quieto, procura briga com os colegas, é teimoso e só obedece com gritos, além de apresentar enurese noturna. Ao repetir os comportamentos agressivos que presencia em casa, a criança passou a ser excluída pelas demais e como o comportamento foi visto como típico do transtorno psicótico não realizou maiores intervenções pedagógicas.

A criança que apresenta dificuldade em realizar as atividades escolares, a partir do diagnóstico, também se apresentava resistente a intervenções educacionais, o que acarretou uma diminuição de investimento efetivo na criança em sala de aula, sendo que por vezes, de acordo com relatos, a ação do professor foi apenas segurar a mão de L. na tentativa de fazê-la produzir algo.

Durante as sessões ficou evidente que a criança não dispõe de estímulos pedagógicos e lúdicos em casa, além de contar com pouca estimulação, a avó é analfabeta e o avô apesar de alfabetizado não tem condições de auxiliá-la em tarefas de casa. Sabe ler e escrever apenas o primeiro nome, não reconhece letras ou números, apenas realiza cópias.

L. é criativa, carinhosa, curiosa, inteligente e comunicativa. No início dos atendimentos não aceitava ajuda para aprender coisas novas, além de recusar-se dizendo não saber fazer nada, atualmente costuma solicitar ajuda com a mesma frequência com a qual oferece ajuda a psicoterapeuta.

Caso 2

C., em março deste ano, foi encaminhada pela escola onde estuda com a queixa inicial de dificuldade na execução das atividades e acompanhamento do conteúdo, encontrando-se ainda no nível silábico de escrita. De acordo com a mãe da paciente, sua filha já passou por atendimento com fonoaudiólogo e neurologista, porém, não se lembra do motivo dos atendimentos.

Sobre a aprendizagem da criança, a mãe relata que a mesma não sabe ler e escrever, apresentando muitas dificuldades na escola, dentre elas não saber executar atividades e provas propostas em sala de aula, como também no mau relacionamento com os colegas, queixando-se de que com frequência precisa comparecer a escola, pois C. briga com os colegas que a zombam por não saber fazer as atividades. O relatório escolar encaminhado pela professora apresenta integralmente termos negativos e depreciativos sobre C.

A mãe se queixa também que a filha não sabe contar histórias ou dar recados, não se lembra das informações ou as repassa sem contexto. Também relata que a criança já repetiu o ano, porém, não sabe dizer quando isso ocorreu, apenas que aconteceu, pois a mesma não aprendeu a ler e escrever.

Sobre os comportamentos de C., a mãe relata que a mesma faz “birras” frequentes, grita bastante e fica irritada ou nervosa quando é contrariada, enfatizou também comportamentos infantilizados, sendo eles falar como bebê e algumas vezes ainda solicitar para mamar no peito (parou aos 08 anos). Relata não ter um formato rígido de disciplina, diz não “ligar” para algumas situações, que apenas a corrige quando faz algo muito grave (não soube exemplificar o que seria fazer algo grave).

Pode-se perceber que as queixas apresentadas pela mãe e relatadas pela escola em relação a suas dificuldades de aprendizagem em sua grande maioria procedem, pois a criança não conseguiu utilizar durante os jogos e brincadeiras, recursos como leitura, escrita, raciocínio lógico e matemático, habilidade visomotora e orientação espacial. Apesar de apresentar recursos e estratégias para participar das atividades, podendo ser exemplificado com o método utilizado por ela no jogo banco imobiliário, onde a mesma não conseguia identificar os valores correspondentes a cada nota de dinheiro, porém os dividiu por cores para que fosse possível continuar jogando, na maioria das vezes, não é capaz de participar das atividades exatamente da forma que é proposta (regras, modo de jogar, etc.), tendo sempre que adaptar as suas condições.

Quanto a seu comportamento, comparando as informações trazidas pela mãe e professora com sua conduta durante as sessões, percebe-se uma leve dessemelhança, pois apesar da mesma ter apresentado comportamentos de agitação e desatenção, não foram situações que prejudicaram o desempenho das atividades, apenas era necessário chamar sua atenção para o que estava sendo proposto e prontamente à mesma já se voltava para a atividade.

No que tange à agressividade e irritabilidade, C. não apresentou nenhum tipo de comportamento similar em sessão, apenas relata ficar “nervosa” com os colegas na escola e que em algumas situações os agridem, principalmente quando riem dela por não saber realizar as atividades propostas, enfatizando que mesmo quando não os agride ou se comporta de forma inadequada, a mesma leva a culpa e acaba sendo colocada de castigo pela professora.

Apresenta resistência e insegurança quanto às suas capacidades e produção, se recusando a realizar qualquer atividade que desconheça ou tenha dificuldade, inclusive, demonstrando choro e abatimento emocional nessas ocasiões, bem como, depreciando-se constantemente.

Discussão

Em ambos os casos percebemos que as alegadas Dificuldades de Aprendizagem das crianças vieram possivelmente causadas (Caso 2) como conseqüenciadas por questões de natureza emocional (Caso 1).

Em ambos os casos, as crianças receberam pouca ou nenhuma intervenção pedagógica ou sequer recebiam atendimento especializado a partir de avaliações mais acuradas das problemáticas apresentadas.

Ao contrário, sofriam exclusão parcial ou total por seus pares e pelas próprias figuras de autoridade que ainda, referendavam a responsabilização da criança por seus problemas, assumindo atitudes que traziam consigo uma avaliação preconceituosa, estereotipada e negativa das mesmas.

Conseqüentemente ambas se mostravam desmotivadas e sem qualquer interesse ou prazer com o processo de aprendizagem, bem como, insegurança, sentimentos de menos valia e uma autopercepção extremamente negativa que, podemos supor, trazia consigo inúmeras dificuldades sociais, emocionais e comportamentais.

Podemos supor ainda, que a escassa ou inadequada intervenção sobre as dificuldades ora apresentadas no processo de aprendizagem, podem trazer conseqüências até mesmo definitivas sobre o desenvolvimento emocional e social das mesmas.

Conclusões

A educação inclusiva pressupõe em seus conceitos mais fundamentais, o respeito à diversidade e à especificidade de cada aluno, inclusive em seus processos únicos de aprender e experienciar o mundo. Não cabe, portanto, em uma educação que baseie no mote da inclusão relegar o atendimento das necessidades dos alunos que atende.

Cabe ao sistema educacional acolher e atender plenamente aos seus alunos, buscando uma postura atenta, cuidadosa e autocrítica acerca das dificuldades que surgirem no processo de ensino-aprendizagem.

Assim, a educação inclusiva não pode pressupor o atendimento dos alunos considerados dentro das já conhecidas políticas públicas de inclusão, mas sim, todos aqueles que necessitarem de intervenções específicas ao seu pleno desenvolvimento.

O não atendimento dessas questões continuará provocando a evasão e exclusão de inúmeras crianças vistas como portadoras de dificuldades de aprendizagem e consequenciando nas mesmas, todo tipo de sofrimento emocional e entraves ao seu pleno desenvolvimento.

A guisa de conclusão é possível afirmar que elas são dignas de atendimento educacional especializado assim como outros casos de crianças que não atendem às expectativas do modelo tradicional de escola.

Referências

Correia, Luis Miranda. *Problematização das Dificuldades de Aprendizagem nas necessidades Educativas Especiais*. Revista Análise Psicológica, vol. 2, num 22, p. 369-376, 2004.

Mantoan, Maria Teresa Eglér. *O direito de Ser, Sendo Diferente, na Escola*. Revista do Conselho de Educação e Justiça, n.26, p. 36-44, jul.-set, Brasília, 2004 a.

_____. *Uma Escola De Todo, Para Todos E Com Todos: O Mote Da Inclusão*. In Stobaus, Claus Dieter; Mosquera, Juan José Mourino. (org.) *Educação Especial: em direção á Educação Inclusiva*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2004b.

Kassar, Monica de Carvalho Magalhães; Rebelo Andressa Santos. *O “Especial” na Educação, o Atendimento Especializado e a Educação Especial*. Conferência proferida no VI Seminário de Educação Especial. Realização UFSCAR, 11/13 de abril, 2011.

Nepomuceno, Camila Patrícia; Bridi, Jamile, Cristina Ajub. *O Papel da Escola e dos professores na Educação de Crianças que apresentam dificuldade de Aprendizagem*. Revista Eletrônica de Ciências e Educação, Campo Largo, v. 9, n.1, jul., 2010.

Poker, Rosimar Bortolini. *Dificuldades de Aprendizagem e Educação Inclusiva*. Revista Aprender – Caderno de Filosofia Psicologia e Educação, Vitória da Conquista, Ano V, n. 9, p 169-180, 2007.

Sabadini, A.Z.P. Sampaio, M.I.C. Koller. S.H. (org.) *Publicar em Psicologia: Um Enfoque Para a Revista Científica*. São Paulo-SP. Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia/Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2009.

Santos, Patricia Leila; Graminha, Sônia Santa Vitaliano. *Problemas Emocionais e Comportamentais associados ao Baixo Rendimento Acadêmico*. Revista Estudos em Psicologia, Vol. 11, num um, p. 101-109, 2006.

Serralta, F. B.; Nunes, M. L. T.; Eizirik, C. L. (2011). *Considerações Metodológicas Sobre o Estudo de Caso na Pesquisa em Psicoterapia*. Estud. psicol. (Campinas), Campinas-SP, v. 28, n. 4, p. 501-510. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S0103166X2011000400010&lng=en&nrm=ISO. Acesso em 30 Jun. 2018.

Stevanato, Indira Siqueira; Loureiro, Sonia Regina; Linhares, Maria Beatriz Martins; Maturano, Edna Maria. *Autoconceito de Crianças com dificuldades de Aprendizagem e problemas de Comportamento*. Revista Psicologia em Estudo, Maringá, v.8, n.1, p. 67-76, jan-jun, 2003.